

A atuação de magistrados instrutores no STF – Lei 12.019/2009

Ney de Barros Bello Filho*



“O Regimento Interno do STF foi atualizado e criou-se uma cultura de tramitação de feitos criminais compatível com qualquer vara criminal bem sucedida no País. [...] Hoje julgam-se muitos processos criminais e com tempo de tramitação indiscutivelmente menor.”

Revista: O senhor foi convocado para auxiliar o então Presidente do STF Ministro Gilmar Mendes na área penal. Sua função era organizar o cartório criminal daquela Corte e estudar propostas de alteração do Regimento Interno para agilizar a tramitação dos processos penais de competência originária da Corte. Como foi este trabalho?

Ney Bello: O Supremo Tribunal Federal é uma Corte que cumula competências. Ela é uma Corte Recursal Extraordinária, mas é também uma Corte Criminal e uma Corte Constitucional. Isto implica a necessidade de combinação de diversas expertises. É necessário que ministros e funcionários sejam versados em matéria penal, constitucional e Direito em geral. Isto é o que se espera de todos, pois a máquina judiciária movimenta processos de muitas naturezas. Quando trabalha com a sua competência penal originária o STF faz o mesmo trabalho das varas criminais, mas seus servidores e sua estrutura procedimental estavam prioritariamente voltados para questões constitucionais. Era necessário que o STF abraçasse a jurisdição penal com afincos para que os processos tramitassem de forma célere e racional, sem a infinita demora que levava à inevitável prescrição. O que desejava o Presidente Gilmar Mendes era adequar

rotinas processuais, mecanismos de tramitação e tratamento do processo criminal ao modelo de uma vara criminal, fazendo com que os processos penais de agentes com foro específico tivessem a mesma movimentação e velocidade de conclusão que as varas e cortes criminais do país. O trabalho foi exaustivo e imensamente proveitoso. O Regimento Interno do STF foi atualizado e criou-se uma cultura de tramitação de feitos criminais compatível com qualquer vara criminal bem sucedida no País. A enorme visão e inquestionável senso prático do então presidente fizeram com o que o resultado pudesse ser sentido estatisticamente. Hoje julgam-se muitos processos criminais e com tempo de tramitação indiscutivelmente menor.

Revista: Por que surgiu a necessidade de reorganização do trâmite dos processos penais no STF? Por que se concluiu que haveria necessidade da convocação de juízes de outra instância do Poder Judiciário?

Ney Bello: Exatamente por ser o STF uma Corte de competência plural, mas com inegável pendor constitucional, era necessário trazer a experiência das varas criminais. Isto faria, como de fato fez, com que os processos criminais caminhassem mais velozmente e houvesse uma atenção maior às suas tramitações. Isto sem negar a inevitável lufada de jurisdição de primeiro grau que invadiu o STF, permitindo um assenhoreamento maior das causas criminais pelos senhores ministros. A sociedade sempre cobrou muito dos Tribunais a

* Juiz Federal Titular da 1ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Maranhão – SJMA/TRF1.

finalização dos feitos criminais, e a recente medida de criação da função de Magistrados Instrutores dotou a Corte do arsenal necessário para a funcionalização dos processos.

Revista: Os efeitos da Lei 12.019/2009, no que se refere ao tempo de tramitação das ações, estão aparecendo atualmente, com a conclusão das instruções das ações penais em torno de quatro meses (antes da lei o prazo muitas vezes se estendia por quatro anos), evitando a ocorrência da prescrição das ações. O senhor pode comentar sobre isso?

Ney Bello: A utilização de magistrados instrutores permite que a instrução criminal seja realizada por um só juiz. Ao invés de o Tribunal utilizar as Cartas de Ordem, é o juiz convocado quem viaja o Brasil realizando audiências e despachando em incidentes processuais. Não apenas a celeridade é manifesta, como também o conhecimento da causa por parte do juiz se torna evidente. Desta maneira, cada magistrado convocado fica responsável por um só gabinete – com acervo variável entre 30 e 50 processos ou inquéritos – o que permite um franco desenvolvimento da jurisdição penal. Qualquer juiz criminal do Brasil tem muito mais ações sob sua responsabilidade, e ao tratar com este número reduzido de processos ele pode realizar um trabalho qualificado, detalhado e de extrema competência, colaborando com o STF e com toda a jurisdição criminal brasileira.

Revista: Um caso interessante foi o do Deputado Federal Neudo Campos (PP-RR), que renunciou ao mandato antes que o senhor procedesse à oitiva das testemunhas. Foi então que o Ministro Gilmar Mendes declinou da competência em favor da Seção Judiciária de Roraima, determinando o aproveitamento dos atos preparatórios. Nessa situação, o ministro considerou que as designações e intimações continuavam válidas, afirmando que a condução das audiências pelo juiz federal de primeira instância não traria nenhum prejuízo, nem à defesa nem à acusação. O senhor pode comentar esse caso específico?

Ney Bello: Atuando perante o STF estão os melhores advogados do País, e é natural a prática de grandes estratégias. Renunciar às vésperas de uma condenação em foro nos tribunais tem sido uma prática corriqueira. O magistrado deve ter a sensibilidade de verificar quando é o caso de lúcida e legítima técnica de defesa e quando é o caso de um mero artifício para postergar e negar a atuação da Justiça. Neste caso específico eu iria para Roraima em determinada data ouvir todas as

testemunhas de mais de dez processos que corriam contra o parlamentar citado. Ante o encerramento da instrução criminal, o réu achou por bem renunciar ao mandato para que o processo fosse encaminhado para aquela Seção Judiciária. Ocorre que as testemunhas e os réus já haviam sido intimados, e o ato político possuía apenas o intento de postergar a realização de todas aquelas audiências, que, se me recordo bem, eram mais de trinta. Atento a este fato, o relator, Ministro Gilmar Mendes, decidiu manter todos os atos preparatórios e declinar a competência ao colega Helder Girão, já para a realização das audiências. Isso sinalizou positivamente para a sociedade, deixando ver a todos que o STF não endossava a política de chincanas processuais e de eternização de procedimentos criminais.

Revista: Os benefícios trazidos com o advento da Lei 12.019/2009 se referem não somente ao ganho de tempo no transcurso das ações penais no STF, mas também à qualidade da instrução. Quando feita diretamente por um só juiz de primeira instância, tal instrução se revela mais pormenorizada?

Ney Bello: As instruções sempre foram feitas por juízes. Os ministros do STF nunca interrogam réus ou ouvem testemunhas. Com o advento da lei, no entanto, deixou-se de chamar ao processo uma enorme pluralidade de juízes e confiou-se toda a instrução criminal a um só magistrado. Em outras palavras, o STF deixou a pauta de audiências de diversas varas de todo o País e passou a montar a sua própria pauta. Considerando-se que o acervo do STF é de apenas 30 ou 50 processos por gabinete, esta pauta refinada permite a conclusão célere e expedita de procedimentos desta natureza. Além disso, a instrução nas mãos de um só juiz permite um conhecimento mais verticalizado e menos formal do conjunto dos fatos.

Revista: O senhor entende que há possibilidade de haver algum prejuízo às partes, tendo em vista que muitas pessoas alegam que a lei sob comento *pressiona* o trâmite processual?

Ney Bello: Em absoluto! O que a lei faz é devolver ao STF a instrução dos feitos de sua competência, que era dissolvida por meio do artifício das cartas de ordem. O que ela permite é que o Tribunal competente faça instrução conforme a sua própria pauta e agenda, e não se submeta ao dia a dia de outras varas do País, que funcionavam mediante ordem (ou empréstimo). A pouca grita que se vê vem do fato de o STF estar julgando mais, concluindo melhor e condenando mais em processos criminais. Agindo como um Tribunal

Penal, com sua estrutura especializada, seu cartório específico e sua própria pauta o Supremo Tribunal Federal conclui os processos, e deixa para trás um histórico de não condenações e de prescrições. A reclamação existe por parte de réus e advogados que se acostumaram com uma não jurisdição penal e uma

completa ausência de razoabilidade dos períodos de tramitação. Os processos se eternizavam e agora chegam ao fim. As medidas tomadas pelo STF na presidência do Ministro Gilmar Mendes permitiram à Corte cumprir a sua função constitucional. Isto só incomoda a quem não quer que o Tribunal funcione.